

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
2

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
José Humberto Rodrigues dos Anjos
(Organizadores)

Processos de
Organicidade e
Integração da
Educação Brasileira
2

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
José Humberto Rodrigues dos Anjos
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, José Humberto Rodrigues dos Anjos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-155-8 DOI 10.22533/at.ed.558202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Torres, Cláudia Regina de Oliveira Vaz. III. Anjos, José Humberto Rodrigues dos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, tornamos público o volume 2 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”. Nele, 17 textos que trazem resultados de pesquisas de 54 pesquisadores cujos diálogos se organizaram na educação e seus contextos. Nesses capítulos os autores discutem os temas e desenrolam os problemas propostos, abrindo um leque de pressupostos que nos ajudam a entender a educação e sua amplitude social. Acreditamos que a argúcia e a sensibilidade de cada leitor os conduzirá nas trilhas da educação integrada com temas diversos.

Nesta obra, pontuamos 32 palavras-chave que poderão conduzir com mais clareza conexões advindas dos processos de organização e integração da educação brasileira. Entre elas podemos citar: Educação – especial, de adultos, médica e pública -, Ensino – aprendizagem e de biologia -, Gestão/administração – pública e centralizada -, aprendizado ativo e aprendizagem, empreendedorismo, recurso didático, universidade...

Uma obra, em que questões educacionais, pedagógicas, didáticas e sociais, emergem na linguagem clara e acessível de cada autor/a, nos conduzindo à discussões e reflexões diversas. Isto dito, apresentamos prévias das temáticas discutidas: O patrimônio social e seus impactos nos indicadores de qualidade...; O papel do tutor-professor na EAD em nível superior...; Graduação tecnológica no Brasil e na França...; Gestão centralizada na escola pública...; O uso de plataformas digitais para o ensino...; Avaliação do uso do aplicativo WhatsApp no processo de ensino e aprendizagem ...; Aprendizagem baseada em projetos...; As diretrizes curriculares...; Deficiência visual..., (...) Práticas empreendedoras no curso técnico em nutrição e dietética; Modelos tridimensionais como proposta para o ensino lúdico..., O uso de chatbot no ensino de espanhol..., Avaliação (...) instituição de ensino superior..., Animações lúdicas em vídeos..., Controle interno: ferramenta de gestão..., O protagonismo do aluno..., Metodologia de Ensino e Aprendizagem...Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres
José Humberto Rodrigues dos Anjos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PATRIMÔNIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE SUAS RELAÇÕES	
Amerci Borges da Rosa Karina Vidal Bastos Mauricio Andrade de Lima Carlos Rogério Montenegro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.5582029061	
CAPÍTULO 2	21
O PAPEL DO TUTOR-PROFESSOR NA EAD EM NÍVEL SUPERIOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E O RECONHECIMENTO LEGAL	
Érica de Melo Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.5582029062	
CAPÍTULO 3	33
GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL E NA FRANÇA: EM BUSCA DE UM PERFIL IDENTITÁRIO DENTRO DA RELAÇÃO ENSINO/TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS	
Marise Miglioli Lorusso	
DOI 10.22533/at.ed.5582029063	
CAPÍTULO 4	47
GESTÃO CENTRALIZADA NA ESCOLA PÚBLICA: AMEAÇA EMINENTE PARA A EDUCAÇÃO	
Deise Bastos de Araújo Derivan Bastos Santos Stênio Rodrigo Ferreira Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.5582029064	
CAPÍTULO 5	53
O USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS PARA O ENSINO: SEMIOLOGIA, ESCRITA TÉCNICA E PATOLOGIAS	
João Arthur Bezerra Fernandes Davi Prado Haguette Priscila Dourado Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.5582029065	
CAPÍTULO 6	61
AVALIAÇÃO DO USO DO APLICATIVO <i>WHATSAPP</i> NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA DE MONITORIA	
Fernanda Eunice Araújo Câmara Régia Maria Cordeiro Brito Rebouças Ana Vaneska Passos Meireles Eliane Mara Viana Henriques Maria Soraia Pinto Natália Sales de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5582029066	

CAPÍTULO 7	69
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETO: UMA METODOLOGIA ATIVA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Luci Denise Martinolli Carvalho Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5582029067	
CAPÍTULO 8	77
AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: REFORMAS, CONTEÚDOS E PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO	
Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado	
Antonio Sérgio Eduardo	
José Soares Ribeiro	
Fabio Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5582029068	
CAPÍTULO 9	90
DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO ENSINO DE BIOLOGIA	
Vera Lucia Pereira Lopes	
Karla Adrielly Fernandes Oliveira	
Maria do Carmo Souza	
Rogério Benedito da Silva Añez	
Stenio Eder Vittorazzi	
DOI 10.22533/at.ed.5582029069	
CAPÍTULO 10	95
NUTRIEMPREENDEDER – PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO CURSO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	
Robson Fernando Roseno Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.55820290610	
CAPÍTULO 11	101
MODELOS TRIDIMENSIONAIS COMO PROPOSTA PARA O ENSINO LÚDICO DE ANATOMIA VEGETAL PARA O ENSINO MÉDIO	
Paloma Nair Gomes Batista	
Bianca Bis Bastos do Carmo	
Lainny Avelar Ramos	
Jasminne Lóis Soares Silva	
Valmira da Conceição Avelar	
DOI 10.22533/at.ed.55820290611	
CAPÍTULO 12	104
O USO DE CHATBOT NO ENSINO DE ESPANHOL	
Marcos Vinícius de Souza Toledo	
Bruno de Souza Toledo	
Karina Dutra de Carvalho Lemos	
Luiz Cláudio Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.55820290612	
CAPÍTULO 13	114
AVALIAÇÃO DA FORÇA DA MARCA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Luiz Rodrigo Cunha Moura	
Paulo Roberto Ferreira	
Alessandra Duarte de Oliveira	

CAPÍTULO 14	133
ANIMAÇÕES LÚDICAS EM VÍDEOS COMO FERRAMENTA DE APOIO NA COMPREENSÃO DOS MECANISMOS IMUNOLÓGICOS	
Lis Aguiar de Vasconcelos Tales Melo Nogueira de Araújo Fernanda Assunção Tiraboschi Márcio Roberto Pinho Perereira Sílvia Fernandes Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55820290614	
CAPÍTULO 15	140
CONTROLE INTERNO: FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL BRASILEIRA	
Vania de Oliveira Silva Silvana Mara Lente	
DOI 10.22533/at.ed.55820290615	
CAPÍTULO 16	153
O PROTAGONISMO DO ALUNO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL	
Juliana Maria da Silva Minguetti Maria Conceição Passeggi	
DOI 10.22533/at.ed.55820290616	
CAPÍTULO 17	169
METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR EXPERIMENTOS NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SOLDAGEM DA FATEC-SP	
Alexandre Benfica Marcos Antonio Tremonti Sergio Pamboukian	
DOI 10.22533/at.ed.55820290617	
SOBRE OS ORGANIZADORES	178
ÍNDICE REMISSIVO	180

unify the Opinions, Resolutions and Decrees, in order to clarify the role of the professionals acting in the modality and the guidelines and criteria to be followed to guarantee a higher quality education. Within the Open University of Brazil System, tutors are professionals who do not have an employment relationship with universities and have the lowest remuneration in the Brazilian Open University system. State Law 8030, in Rio de Janeiro, prohibits the use of the term tutor for professionals who work in the accompaniment of courses offered in the EAD modality. This Law, although in force, has not yet been applied effectively in the State. As can be seen, this change in legislation will lead to a considerable increase in maintenance costs for DE courses.

KEYWORDS: tutor, Distance Education Legislation, Decree 9057/2017, Nacional Education Plan.

1 | INTRODUÇÃO

De acordo com a Legislação Brasileira, conforme consta no Decreto 5622 de Dezembro de 2005, a Educação a Distância “caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. No entanto, esse Decreto foi revogado pelo Decreto 9057 de Maio de 2017, que define a Educação a Distância de maneira mais ampla:

“Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos”

A primeira diferença está no papel do professor, que não aparece mais na definição, sendo substituído pela expressão *pessoal qualificado*. Outra diferença está no destaque da importância das políticas de acesso, que antes não era mencionada, e o acompanhamento e avaliação compatíveis com esta modalidade de ensino (BRASIL, 2005; BRASIL, 2017).

De acordo com a Associação Brasileira da Educação a Distância (ABED), em 2016 eram oferecidos 235 cursos de Graduação em nível tecnológico, 219 em nível técnico profissionalizante e 210 ofertas de licenciatura. No entanto, a grande maioria dos cursos ofertados e regulamentados totalmente a distância são especializações *lato sensu*, com uma oferta de 1098 cursos. O Censo EAD.BR 2016 contabilizou 561.667 alunos em cursos regulares totalmente a distância e 217.175 em cursos regulamentados semipresenciais. Isso corresponde a 17% do total de estudantes matriculados em cursos Superiores no Brasil (ABED, 2016).

Dados esses números, é importante destacar o crescimento e a importância da

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: REFORMAS, CONTEÚDOS E PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO

Data de aceite: 01/06/2020

Data de submissão: 05/03/2020

Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado

Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
Campo Grande-MS.

<http://lattes.cnpq.br/0461071239887042>

Antonio Sérgio Eduardo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
Campus de Nova Andradina-MS.

<http://lattes.cnpq.br/2139122587221649>

José Soares Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
Campus de Nova Andradina-MS.

<http://lattes.cnpq.br/2139378864746323>

Fabio Gomes da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.
Campo Grande-MS.

<http://lattes.cnpq.br/4299853856596582>

RESUMO: O presente texto apresenta percurso de investigação sobre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis, em especial, quanto aos

aspectos constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério de Educação, a serem observados pelas Instituições de Ensino Superior ao estabelecerem a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico. Tal proposição está fundada na busca por informações acerca da eleição e distribuição das disciplinas e dos conhecimentos contábeis, que intentam formar indivíduos para o mercado de trabalho/empregabilidade, com a ideia do futuro profissional, apto a acompanhar a tendência global. Por meio de pesquisa bibliográfica e de análises das Resoluções e Pareceres do MEC sobre as DCNs, o trabalho apresenta um conjunto de reflexões decorrentes de discursos que privilegia essencialmente a formação profissional. Diante disso e, com resultados, ainda que parte da construção argumentativa, infere-se que a pesquisa sobre o Currículo do Curso de graduação em Ciências Contábeis indica demanda crescente de objetos, fontes, temáticas e/ou problemas, que necessitam ser discutidos e aprofundados, principalmente, sob a ótica de que a formação de um profissional cidadão, humano, sensível aos problemas sociais e que seja capaz de fazer livres escolhas, também perpassem pelas instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Contábeis; Projeto Político Pedagógico; Diretrizes Curriculares; Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

CURRICULUM GUIDELINES FOR GRADUATION IN ACCOUNTING: REFORMS, CONTENTS AND PERSPECTIVES FOR INNOVATION

ABSTRACT: This research presents investigation about the curriculum of Accounting Courses, especially about the aspects contained in the National Curriculum Guidelines, institutionalized by National Council of Education of Education Ministry. Those aspects must be observed by the higher education institutions when establishing the curriculum organization for the Accounting Courses through the pedagogical project. This proposition based on the search for information about the chosen, and distribution of disciplines and the accounting knowledge that intends to form individuals for the job market/employability, with the idea of future professional able to follow the global trend. Through bibliographic research and analysis of Education Ministry resolutions and technical opinions about the Curriculum Guidelines for Graduation for accounting courses, the article presents reflections resulted from speeches that essentially privileged professional qualification. As a result, infers that the search about the Accounting Course Curriculum indicates an increasing demand for objects, sources, thematic and/or problems which need to be discussed and deepened, mainly from the point of view that the formation of citizen professional, humanist, sensitive to social problems and to be able to make free choices, also go through educational institutions.

KEYWORDS: Accounting; Pedagogical Political Project; Curriculum Guidelines; Law guidelines and bases of national education.

1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo incorremos por análises acerca das modificações propostas no Curso de Ciências Contábeis, iniciadas com publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), que institui a liberdade de elaboração de currículos flexíveis, com disciplinas e conteúdo que revelem conhecimento dos cenários econômico e financeiro, nacionais e internacionais, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade.

Dito de outro modo, currículos que se aproximem da natureza da atividade econômica, do grau de sofisticação da sociedade e dos negócios, do estágio de desenvolvimento econômico, do padrão e da velocidade do crescimento econômico, e da natureza do sistema legal de um país como fatores que materializam a variedade de padrões contábeis existentes.

Padrões esses, que acabam por impor uma reestruturação iniciada pelo currículo, incluindo o espírito de pesquisa, consciência crítica, liderança, desenvoltura tecnológica, seguindo-se da reeducação dos professores, entre outras, que já vem sendo debatidas

nos órgãos profissionais da classe contábil, em matéria de conteúdo, carga horária e inovação tecnológica.

2 | REVISÃO DA LITERATURA E DISCUSSÃO

Desde sua implantação em 1945, o curso de graduação em Ciências Contábeis teve cinco composições curriculares determinadas por atos normativos.

Verifica-se que desde a constituição prevaleceu o aspecto tecnicista, em especial a técnica de registro e de controles isolados, em atendimento ao mercado corporativo (Silva, 2015), o que parece ser fundado em detrimento da formação ampla, humana, social e científica, além da rigidez imposta pela seriação.

O currículo era rígido, inflexível, e não considerava as especificidades regionais, permanecendo até a implantação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) em dezembro/1996, a qual assegurou ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos.

Em 1951 houve uma segunda alteração curricular decorrente do desdobramento do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois, possibilitando aos concluintes receberem o título de Bacharel em Ciências Contábeis (KRAEMER, 2005, p. 153-154). Houve apenas as separações das disciplinas nos respectivos cursos, mantendo a tendência tecnicista.

Na década de 1960, importantes alterações ocorreram no ensino superior em virtude da Lei nº. 4024, de 20.12.1961, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE), instituindo os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores das profissões regulamentadas.

A Resolução CFE s.n., de 08.02.1963, que regulamentou o curso de Ciências Contábeis até 1992, pôs fim a rigidez imposta pelo Decreto-Lei nº 7.988/1945 e promoveu uma grande mudança ao instituir um currículo simplificado e reduzido a dois ciclos formativos – o ciclo básico e o ciclo de formação profissional. Também fixou os mínimos de conteúdo, duração dos cursos de Ciências Contábeis, atribuiu às instituições a responsabilidade pela organização sequencial (seriação) de seus currículos e a indicação das matérias complementares, com o objetivo de atender a necessidade do mercado e o perfil do profissional. Cada instituição poderia reduzir ou aumentar o tempo de duração do curso, desde que a carga horária mínima fosse de 2.700 horas.

Em 1968, entrou em vigor a Lei nº 5.540/68, que reformou o ensino universitário, criando a departamentalização, e a matrícula por disciplina, atribuindo ao Conselho Federal de Educação (CFE) a fixação dos currículos mínimos e a duração mínima dos cursos de graduação.

Um ano depois, houve a instituição da disciplina Educação Moral e Cívica, que para o ensino superior e para a pós-graduação era ministrada sob a forma de Estudos de

Problemas Brasileiros (EPB).

A disciplina de Educação Física foi instituída em 1971 e também fazia parte da composição obrigatória dos currículos de graduação.

Após a instauração da Educação Física como disciplina obrigatória nos cursos de graduação, as próximas mudanças na composição curricular no ensino superior de Contabilidade, por comando legal, ocorreram somente em 1992 por meio da Resolução CFE nº. 03, de 03.10.1992.

A norma fixou a duração mínima em 2.700 horas/aula (não incluídos a carga horária das disciplinas Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física) e estabeleceu a integralização dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, o qual deveria ser concluído no máximo em sete e no mínimo em quatro anos para o período diurno e cinco para o noturno (MEC, 1992).

A composição do currículo mínimo deveria ser adotada para todos os alunos que ingressassem no ensino superior a partir do ano letivo de 1994 e poderia ser adotado para o ano letivo de 1993 pelas instituições que teriam condições de fazê-lo (MEC, 1992).

Tal norma inseriu várias novidades para o ensino da Contabilidade no Brasil. A análise de seu teor revela que os currículos plenos deveriam ser elaborados para estimular a aquisição integrada de conhecimentos básicos, teóricos e práticos, a fim de permitir o competente exercício profissional, com vistas às atribuições específicas conferidas por meio do diploma, em âmbito nacional; e ainda:

Assegurar condições para que esse profissional possa exercer suas atribuições, não somente com competência, mas, também, com plena consciência da responsabilidade ética assumida perante a sociedade em geral e, em particular, junto às legítimas organizações que a integram (MEC, 1992).

Percebe-se a tentativa de incentivar a inclusão nos currículos plenos do curso de Ciências Contábeis as disciplinas de Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social, especificadas na Categoria I do artigo 4º da referida Resolução, dentre elas: noções de ciências sociais, ética geral e profissional, noções de psicologia, filosofia da ciência, cultura brasileira e outras (MEC, 1992).

Por seu turno, além das disciplinas obrigatórias ou eletivas, o currículo pleno teria que ser composto por outras atividades acadêmicas conforme a definição do perfil profissional do egresso, que deveria ser estabelecido em função das peculiaridades e necessidades regionais, tais como jogos de empresas, laboratório contábil, estudos de casos com a simulação da realidade empresarial.

Outra novidade foi que a carga horária mínima de 2.700 horas/aula e as disciplinas deveriam ser distribuídas em três categorias de conhecimentos, conforme quadro 1.

Categoria I (15 a 25%)	Categoria II (55 a 75%)	Categoria III (10 a 20%)
Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e social	Conhecimentos de Formação Profissional	Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar
<p>a) Como obrigatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa; - Noções de Direito; - Noções de Ciências Sociais; - Ética geral e Profissional; <p>b) E outras a critério da Instituição, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções de Psicologia; - Filosofia da Ciência; - Cultura Brasileira; e - Outras. 	<p>a) Conhecimentos obrigatórios de formação básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Administração Geral; - Economia; - Direito Aplicado (incluindo legislação societária, comercial, trabalhista e tributária); - Matemática; - Estatística. <p>b) Conhecimentos obrigatórios de formação profissional específica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contabilidade Geral; - Teoria da Contabilidade; - Análise das Demonstrações Contábeis; - Auditoria; - Perícia Contábil; - Administração Financeira e Orçamento Empresarial; - Contabilidade Pública; - Contabilidade e Análise de Custos; <p>c) Conhecimentos eletivos, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contabilidade Gerencial; - Sistemas Contábeis; - Contabilidade Aplicada; 	<p>a) Conhecimentos obrigatórios de formação instrumental:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Computação. <p>b) Atividades obrigatórias de natureza prática, escolhida entre as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jogos de Empresas, - Laboratório Contábil; - Estudos de Casos; - Trabalho de fim de curso; - Estágio Supervisionado; - Outros.

Quadro 1 – Categorias de Conhecimentos para os Currículos Ciências Contábeis (1992).

Fonte: MEC (1992).

O referido normativo, conhecido como Currículos Mínimos, teve como objetivos iniciais facilitar a transferência entre as diversas instituições e garantir a qualidade e uniformidade mínimas dos cursos (CARVALHO, 2010, p. 118).

Porém, a rigidez imposta pela norma, principalmente quanto a fixação detalhada de mínimos curriculares e a diminuta margem de liberdade que foi permitida às instituições para organizarem suas atividades de ensino, causou diversas discrepâncias nos currículos dos cursos superiores brasileiros. Em suma, às IES somente resultaram a escolha de componentes curriculares complementares e a listagem de disciplinas optativas.

O próprio MEC, por meio do Parecer CNE nº 776/97, ao emitir orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação reconheceu que:

Ao longo dos anos, embora tenha sido assegurada uma semelhança formal entre cursos de diferentes instituições, o currículo mínimo vem se revelando ineficaz para garantir a qualidade desejada, além de desencorajar a inovação e a benéfica diversificação da formação oferecida (MEC, 1997).

E por meio do Parecer CNE nº 067/03, reconheceu que a concepção de currículos mínimos:

Implicava elevado detalhamento de disciplinas e cargas horárias, a serem obrigatoriamente cumpridas, sob pena de não ser reconhecido o curso, ou até não ser ele autorizado a funcionar quando de sua proposição, ou quando avaliado pelas Comissões de Verificação, o que inibia as instituições de inovar projetos pedagógicos, na concepção dos cursos existentes, para atenderem às exigências de diferentes ordens (MEC, 2003).

Expôs ainda, que na fixação dos currículos, muitas vezes prevaleceram interesses de grupos corporativos interessados na criação de obstáculos para o ingresso em um mercado de trabalho competitivo, o que resultou, nestes casos, em excesso de disciplinas obrigatórias e em desnecessária prorrogação do curso de graduação (PARECER CNE Nº 776/97).

No endereço eletrônico do Ministério da Educação, somente constam as normas que tratavam da composição curricular do curso de ciências contábeis posteriores a 1997.

Após consulta no endereço eletrônico do *Ministério da Educação > Diretrizes Nacionais para a Educação > Atos normativos > Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação > Orientações Gerais e Diretrizes por Curso*, obtivemos as normas que tratam das Orientações Gerais e as Orientações Específicas para o Curso de Ciências Contábeis quanto às DCNs a partir de 1997, conforme figura 1.

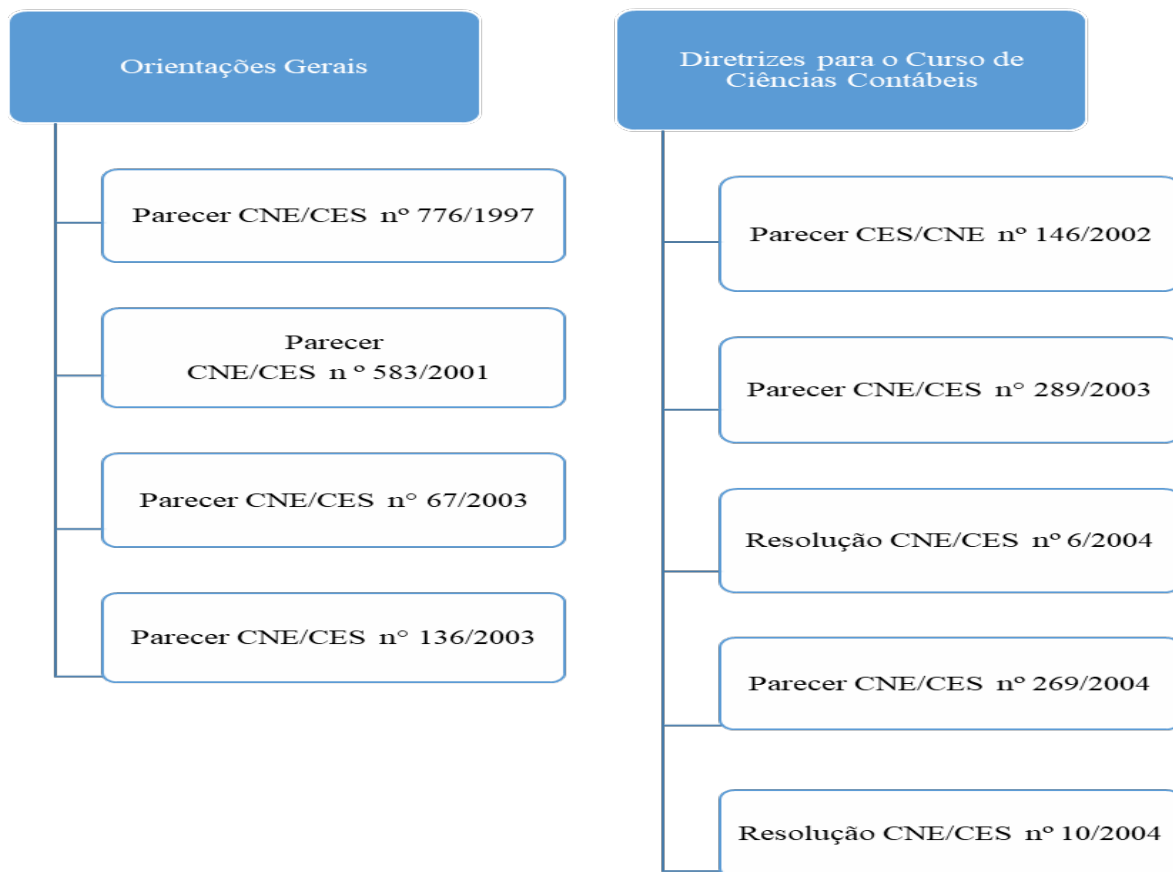


Figura 1. Diretrizes Curriculares Nacionais – Orientações Gerais e DCN para o curso de Ciências Contábeis

Fonte: MEC

Após a LDBEN, os normativos que tratavam de orientações gerais para os cursos de graduação iniciaram em 1997, com o Parecer CNE/CES 776, o qual trouxe orientações e definiu os princípios que deverão ser observados na elaboração das diretrizes curriculares dos cursos de graduação; além de propor:

Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas (CNE/CES, 1997).

Ressalta, ainda, que a nova LDB, alvitrou a necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e que segundo o Parecer: “se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada” (PARECER CNE Nº 776/97).

No que tange ao fortalecimento do cidadão e da sociedade, traz que as diretrizes curriculares devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Na sequência das orientações gerais do MEC para os cursos de graduação, o Parecer CNE/CES 583/2001, propôs que:

1- A definição da duração, carga horária e tempo de integralização dos cursos será objeto de um Parecer e/ou uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior.

2- As Diretrizes devem contemplar:

a- Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado.

b- Competência/habilidades/attitudes.

c- Habilitações e ênfases.

d- Conteúdos curriculares.

e- Organização do curso

f- Estágios e Atividades Complementares.

g- Acompanhamento e Avaliação.

Já o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação, estabelecido pelo Parecer CNE/CES 67/2003, propôs a instituição de um instrumento básico para subsidiar Pareceres e Resoluções da CES sobre a duração dos cursos de graduação e a elaboração de projetos pedagógicos em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC, 2003).

O Parecer CNE/CES 136/2003, em resposta à consulta formulada por membro do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia – CONFEA, apenas reforçou o entendimento quanto ao papel dos Sistemas de Ensino e dos Conselhos Profissionais, cujas competências não são concorrentes e sim complementares, cabendo às instituições de ensino a responsabilidade de assegurar formação de qualidade, e aos conselhos a responsabilidade de fornecer o correspondente registro profissional aos interessados que preencham as exigências previstas em lei, assim como fiscalizar se a profissão é exercida com competência e ética (MEC, 2003).

Com relação às orientações que afetam diretamente a composição curricular do curso de Ciências Contábeis, foram emitidos outros normativos pela CNE/CES, a saber:

1. Parecer CES/CNE 0146, de 03/04/2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Revogado pelo Parecer CNE/CES nº 67/2003;
2. Parecer CES/CNE 289, de 06/11/2003 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis;
3. Resolução CNE/CES 6, de 10/03/2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Revogada pela Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004;
4. Parecer CNE/CES 269/2004, de 16/09/2004 - Alteração do Parecer CNE/CES nº 289/2003 e da Resolução CNE/CES nº 6/2004, relativa a Diretrizes Curriculares

Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis;

5. Resolução CNE/CES 10, de 16/12/2004 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado.

Entendemos como consequência da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), que a partir de 1996 houve a migração dos “Currículos Mínimos” para as Diretrizes Curriculares Nacionais, iniciando as modificações no Curso de Ciências Contábeis e culminando com a Resolução CNE/CES nº 10/2004.

Como consequência, foi instituída a liberdade de elaboração de currículos flexíveis com disciplinas e conteúdo, que revelem conhecimento dos cenários econômico e financeiro, nacionais e internacionais, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade.

A atual composição curricular do curso de graduação em ciências contábeis está orientada pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério de Educação, no caso específico, a Resolução CNE/CES nº 10/2004 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior), as quais seguiram os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Ministro da Educação.

Apresenta uma série de inovações, dentre elas, a possibilidade da admissão de Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da contabilidade, visando atender às demandas institucionais e sociais; introduz a questão da harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando.

A resolução vigente traz os princípios gerais para a elaboração do projeto político pedagógico, sem a rigidez do currículo mínimo constante da resolução anterior; e em seu Art. 2º, descreve os seguintes aspectos que as Instituições de Educação Superior deverão estabelecer na organização curricular para cursos de Ciências Contábeis, por meio de Projeto Pedagógico:

I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;

II – componentes curriculares integrantes;

III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;

IV - estágio curricular supervisionado;

V - atividades complementares;

VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho

de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;

VII - regime acadêmico de oferta;

VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto (MEC, 2004);

A composição curricular está elencada no Art. 5º, que aponta os campos interligados de formação, conforme o quadro 2.

Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento	Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade	Conteúdos de Formação Teórico-Prática
Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.	Noções atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares para Contabilidade.

Quadro 2 – Campos Interligados de Formação para os Currículo Ciências Contábeis (2004)

Fonte: MEC (2004)

De fato, a Resolução atual instituiu a liberdade da composição do Projeto Político Pedagógico dos cursos, desde a composição curricular; as condições para a sua efetiva conclusão e integralização; os regimes acadêmicos (regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos); até a opção de instituir ou não o Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Porém, praticamente não traz nenhuma referência com relação à formação do contador com habilidades em lidar com pessoas e grupos, com facilidade de transmitir ideias e fatos, que tomem decisões de forma conscientes e livres, com boa cultura geral, humanística e social, elementos essenciais para o desenvolvimento profissional.

Assim, a atual DCNs para o curso de ciências contábeis não contempla conteúdos inerentes às dimensões humanísticas e sociais; e praticamente não traz nenhuma menção dessas dimensões. A única exceção se encontra no Inciso I do Art. 3º: “compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização”.

Nesse prisma, face da ausência de disciplinas da área de formação humanística e sociais, corroboramos com os professores Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Hilário Franco (expoentes das Ciências Contábeis no Brasil), que já em 1983 promoviam discussões sobre a necessidade de inclusão no currículo do curso de Ciências Contábeis de disciplinas “[...] que ensinem a pensar, a disciplinar nosso pensamento e a metodizar nossas pesquisas e indagações científicas e práticas”.

Alinhando ao pensamento de Young, reforçamos que o conhecimento poderoso e necessário ao profissional da contabilidade tem que ser disponibilizado aos futuros contadores. Conhecimentos estes que não se restringem ao cumprimento de legislação e ao atingimento de metas e avaliações impostas pelo mercado e pelo governo, a exemplo do ENADE e do exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade.

A preocupação com a formação humana e social do contador é defendida por Iudícibus, Martins e Franco (1983), e Laffin (2006), a exemplo de outros clássicos, que afirmam a necessidade de implementação em seus currículos de disciplinas que ajudem o profissional da contabilidade a pensar, a disciplinar seu pensamento e a conhecer os valores da lógica e da razão.

No Brasil, além das DCNs para os cursos de ciências contábeis, os currículos também são construídos levando em consideração as propostas do Currículo Mundial pela ONU/UNCTAD/ISAR e as propostas curriculares da Fundação Brasileira de Contabilidade em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade/CFC.

3 | METODOLOGIA

O presente texto apresenta percurso de investigação sobre os currículos dos cursos de Ciências Contábeis. Tal proposição está fundada na busca por informações acerca da eleição de disciplinas que ajudem o profissional da contabilidade a pensar, a disciplinar seu pensamento e a conhecer os valores da lógica e da razão. Além de disciplinas que os tornem mais humanos e socialmente responsáveis.

Diante disso, após consulta no endereço eletrônico do Ministério da Educação, obtivemos as normas que tratam das Orientações Gerais e as Orientações Específicas para o Curso de Ciências Contábeis quanto às DCNs.

Destacamos que no sitio do Ministério da Educação somente constam as normas que tratavam da composição curricular do curso de ciências contábeis posteriores a 1997.

Outros trabalhos foram selecionados e utilizados com fonte deste artigo. Ressaltamos os clássicos: Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Hilário Franco; Marcos Laffin; Ivam Ricardo Peleias; Maria Elisabeth Pereira Kraemer e Michael Young.

4 | CONCLUSÕES

Desde a criação do curso de ciências contábeis, prevaleceu o aspecto tecnicista, em especial, a técnica de registro e de controles isolados em atendimento ao mercado cooperativo, o que parece ser fundado em detrimento da formação ampla, humana, social e científica.

Somente com a implantação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) em dezembro/1996, que assegurou ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, foi possível a instituição de um currículo que pudesse atender às demandas institucionais e sociais, assim como introduzir a questão da harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais.

Ao analisarmos a trajetória das normas a que estavam/estão sujeitas as IES, percebemos que houve inovações muito benéficas para a formação de um contador apto a acompanhar as mudanças exigidas pelo mundo global e pelo mercado cada vez mais exigente.

Porém, sentimos falta de orientações de implementação nos currículos de Ciências Contábeis referente a disciplinas ligadas a formação mais humana e social; disciplinas que ajudem o profissional da contabilidade a pensar, a disciplinar seu pensamento e a conhecer os valores da lógica e da razão, além de formação de cidadãos livres.

Entendemos que as respostas necessárias ao mercado empregatício devam ser atendidas pelas instituições de ensino. Contudo, defendemos que os conhecimentos necessários para formar um profissional cidadão, humano, sensível aos problemas sociais e que sejam capazes de fazer livres escolhas também perpassam por essas instituições.

REFERÊNCIAS

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; FRANCO, Hilário. **Currículo básico do contador: orientação técnica versus orientação humanística**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, n. 49, p. 12 - 22, abr./jun. 1984. Disponível em: /index.asp?codigo_sophia=8153. Acesso em: 16 dez. 2018.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Reflexões sobre o ensino da Contabilidade**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, n. 153, p. 64-79. maio/junho. 2005.

LAFFIN, M. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado) – UFSC, Florianópolis.

Ministério da Educação (MEC). Conselho Federal de Educação. Resolução CFE no. 3, de 3.10.1992. **Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis**.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 776 de 03 de dezembro de 1997. **Estabelece a Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 10 de 16 de dezembro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 289 de 06 de novembro de 2003. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces289_03.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2019.

SILVA, Marli Auxiliadora da. **De Portugal ao Brasil - a trajetória histórica do ensino superior de contabilidade (1940-1985): concepções e tendências relativas aos aspectos de formação dos profissionais em contabilidade.** 2015. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 4, 8, 18, 19, 31, 33, 38, 43, 44, 46, 50, 51, 64, 81, 84, 86, 131, 132, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152

Administração Pública 46, 50, 140, 148, 150, 151, 152

Ameaça 8, 47

Andragogia 69

Aprendizado Ativo 133

Aprendizagem 22, 26, 27, 30, 35, 39, 42, 46, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 133, 134, 136, 138, 155, 156, 157, 159, 160, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179

B

Botânica 101

Brand Equity 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 131, 132

C

Chatbots 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

D

Deficiência Visual 90, 91, 92, 93, 94

Diretrizes Curriculares 38, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89

E

Educação Especial 91, 94

Educação Médica 53, 133

Educação Pública 47, 50

Empreendedorismo 38, 46, 95, 97, 98

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 125, 126, 128, 134, 138, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179

Ensino-Aprendizagem 26, 30, 53, 54, 59, 67, 69, 70, 95, 96, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 134, 157, 160, 169, 170, 171, 176, 179

Ensino De Biologia 90, 102, 103

G

Gestão 3, 8, 19, 36, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 76, 113, 114, 126, 130, 131, 132, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 177, 179

Gestão Centralizada 47

L

Legislação EaD 21, 29

M

Metodologia Ativa 95, 99

Monitoria 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

P

Patrimônio Social 1, 8, 11, 12, 13, 15, 17

Pesquisa 1, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 64, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 96, 99, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 125, 127, 128, 131, 134, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 178, 179

Plataformas Digitais 8, 53, 55

Processo Ensino-Aprendizagem 67, 69, 70, 134

R

Recurso Didático 101

T

Tutor 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 62, 66, 93, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 134

U

Universidade Comunitária 1, 10, 18, 19, 20

W

WhatsApp 61, 62, 64, 65, 66, 67

 **Atena**
Editora

2 0 2 0